

CTOC cria comissão para analisar exigências do Processo de Bolonha

Cargas horárias em análise

A implementação em Portugal de uma nova filosofia relativa ao ensino superior que tem sido designada por Declaração ou Processo de Bolonha, produzirá profundas alterações nos métodos tradicionais do ensino superior.

No âmbito das competências que lhe são conferidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, esta Instituição reconhece a adequação ou não das áreas de conhecimento versadas no ensino superior com o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas.

A estrutura curricular que salvaguarda aquela pretensão já se encontra im-

plementada, bem como definidas áreas de conhecimento e respectivas cargas horárias.

Mas o Processo de Bolonha constitui uma nova concepção de apreensão dos conhecimentos, envolvendo o aluno, a escola, o meio em que ambos se inserem e o corpo docente. Ou seja, é um processo envolvente em que compete às escolas, através dos seus docentes, a comunicação dos conhecimentos, aos alunos a sua absorção e respectivo teste de aplicação prática e ao meio envolvente a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Como a preparação correcta dos alunos é a gran-

de preocupação do ensino superior, as preocupações da CTOC encontram-se vertidas na estrutura curricular definida como obrigatória para acesso à inscrição na Câmara.

A questão reside na necessidade de se reflectir se esta estrutura não contradiz as alterações introduzidas pelo Processo de Bolonha, ou se, pelo contrário, carece de readaptação àquela nova realidade.

Aproveitando as profundas alterações que Bolonha aportou ao ensino superior, analisar-se-á a oportunidade de se introduzirem, para além da adequação referida, uma exigência de maior carga

horária no domínio do Direito Fiscal e da Fiscalidade.

Para tal, e tendo em vista apresentar uma proposta à Direcção, será constituída uma Comissão Eventual que terá os seguintes elementos:

Presidente – Lúcia Lima Rodrigues;

Representante da Direcção – Armando Marques;

Comissão de Inscrição – Ezequiel Fernandes;

Conselho Técnico – Avelino Antão;

Representante dos Institutos Politécnicos – José Maria de Jesus Carreira;

Representante dos alunos – Pedro Pinheiro;

Representante profissional – Filomena Moreira. ★

II Congresso Nacional dos TOC aberto aos países de língua oficial portuguesa

A 3 e 4 de Novembro, em Lisboa

A encerrar o programa de comemoração do 10.º aniversário do reconhecimento público à profissão de Técnico

Oficial de Contas, decorrerá, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, nos dias 3 e 4 de Novembro, o II Congresso dos

Técnicos Oficiais de Contas. Este evento, que tem como objectivo analisar temáticas de interesse para a profissão,

constituirá uma excelente oportunidade de abertura da CTOC aos países de língua oficial portuguesa.

Nos termos da deliberação da Direcção e como forma de divulgar a experiência da Câmara e apoiar os profissionais daqueles países, serão convidados a par-

ticipar no congresso cinco representantes do Brasil, três de Angola e Moçambique e dois da Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor.

A comissão organizadora tem como secretário-geral Alves da Silva, dela fazendo também parte Armando Marques, Jaime Santos, Avelino Antão e Joaquim Cunha Guimarães. ★

Notícias

03 Simplex vai mexer com os TOC

Daniel Bessa em conferência da CTOC, no Funchal

A Direcção da CTOC escolheu a Madeira, região onde estão inscritos mais de mil Técnicos Oficiais de Contas, para realizar a 4.^a conferência, no ano em que se comemora o 10.^o aniversário do reconhecimento pú

blico da profissão, dando seguimento a uma lógica descentralizadora, que tem vindo a ser seguida pelos seus responsáveis.

Daniel Bessa, o presidente do Gabinete de Estudos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (GECTOC), foi o convidado presente no Tecnopolo da Madeira, tendo abordado a temática «Os Técnicos Oficiais de Contas e a sua importância na consolidação da economia nacional». O ex-ministro da Economia mostrou-se convicto que as recentes medidas de desburocratização anunciadas pelo Governo para a Administração Pública, ao abrigo do programa Simplex, vão «mexer» com a actividade

dos profissionais. Bessa acrescentou que «é desejável e expectável que daqui para a frente as coisas funcionem melhor, já que quando o Estado se torna menos burocrático, a responsabilidade de todos nós aumenta, mas têm de ser os TOC a cumprir o que há para fazer na parte administrativa e fiscal». Bessa rematou dizendo

so de necessidade, se leve o problema à Assembleia da República. ★



04 Implicações das alterações legislativas em debate

Novo ciclo de formação eventual

No cumprimento do Plano de Actividades para 2006 e na execução da estratégia definida quanto ao plano de formação da CTOC, realizar-se-á nos meses de Junho e Julho a segundo acção de formação eventual. «Implicações na profissão de TOC das recentes alterações legislativas» e «Medidas práticas de simplifi-

cação administrativa», são os temas que serão tratados neste ciclo. Também nesta acção de formação, no âmbito da execução do projecto de criação de empresas na hora, na sequência do qual passarão a ser os Técnicos Oficiais de Contas a enviar, via Internet, a declaração de início de actividade, estarão presentes ao longo

da manhã técnicos superiores da Administração Fiscal e da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, com o objectivo de esclarecer os profissionais sobre a forma de funcionamento do sistema de indicação dos TOC e a maneira de dar cumprimento ao preenchimento e envio da declaração de início de actividade.

Estas acções de formação, a exemplo das anteriores, realizam-se em todas as sedes de distrito no Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Atendendo à enorme logística que a realização destes eventos envolve, solicita-se aos TOC interessados a confirmação da sua inscrição, de preferência pela Internet, o mais urgente possível. ★

05 Reuniões de informação em todos os distritos

Sistema Complementar de Segurança Social

A Direcção da Câmara, numa atitude que já vem sendo habitual, a propósito de um conjunto de iniciativas lançadas ou concluídas no decurso de 2005 e, particularmente devido às alterações introduzidas nos artigos 24.º da LGT e 8.º do RGIT, no que respeita à responsabilidade dos Téc-

nicos Oficiais de Contas, deliberou realizar reuniões de informação em todas as capitais de distrito, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. De entre as diversas iniciativas desenvolvidas pela CTOC, ganha especial relevância, atendendo até às recentes medidas anuncia-

das pelo Governo, não só pela sensibilidade que envolve, a criação do Sistema Complementar de Segurança Social. Por outro lado, refira-se que está praticamente concluído o sistema informático que permitirá aos membros da CTOC a informação *online* da posição

que cada um tem no fundo de pensões. Com vista a ter uma dimensão das necessidades da informação, seria importante que todos os membros fizessem a sua adesão ao fundo, independentemente de poderem vir a contribuir ou não para o mesmo. ★

A sociedade não pode sobreviver sem a Contabilidade

Giuseppe Galassi, director do «Gino Zappa»
Business Research Institute
da Universidade de Parma

06

Giuseppe Galassi critica os que menosprezam a importância da Contabilidade e diz que a disciplina é fonte de riqueza para a comunidade e para as empresas. O membro da Academia Italiana de Economia Financeira aponta a normalização e Bolonha como os maiores desafios que se deparam à Contabilidade.

Por Nuno Dias da Silva

TOC – Como é que perspectiva o papel da Contabilidade nos dias de hoje?

Giuseppe Galassi – A Contabilidade é uma disciplina que contribui fortemente para o desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade a todos os níveis. Lamentavelmente, alguns só dão importância à economia, mas estão a cair num erro.

TOC – Pensa que essa lógica para depreciar a Contabilidade tende a ser alterada?

G.G. – Penso que sim. O desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade demonstra bem a importância da disciplina no controle dos negócios a nível mundial e na tomada de decisões tendo por base a informação.

TOC – Na sua opinião, em que patamar de credibilidade está a profissão de Técnico Oficial de Contas?



G. G. – A credibilidade da profissão foi abalada e, conseqüentemente, questionada, por diversos escândalos um pouco por todo o mundo, nomeadamente os casos Enron e WorldCom, nos Estados Unidos, e Parmalat, em Itália.

TOC – Pensa que a Contabilidade já recuperou dessa imagem negativa?

G. G. – Sem dúvida. Até porque era essencial que assim fosse. A sociedade

não pode sobreviver sem a Contabilidade, que é fonte de riqueza para a comunidade, em geral, e para as empresas, em particular. O processo para implementar as Normas Internacionais de Contabilidade está a contribuir para uma uniformização dos actos das grandes empresas, inviabilizando os desvios que possam surgir.

Bolonha e a normalização, os dois desafios

TOC – A normalização foi um

dos temas mais em foco no VIII Prolatino. Encontra motivos para a polémica gerada?

G. G. – A normalização é um processo irrevogável. As multinacionais vendem para o exterior e são confrontadas com problemas contabilísticos em todos os países e, como tal, é desejável que exista um mecanismo que controle as operações internacionais. Logo, exige-se uma «linguagem comum», que todos entendam, e que se chama normalização. Caso contrário, é impossível controlar as grandes empresas e pôr em prática o comércio internacional. No fundo, a normalização é uma consequência lógica da globalização.

TOC – As empresas americanas saem beneficiadas em relação às europeias?

G. G. – Não necessariamente. É certo que as Normas Internacionais de Contabi-



lidade foram elaboradas a partir da influência do mundo anglo-saxónico, especialmente pelas grandes multinacionais norte-americanas, também devido à localização das principais praças e mercados financeiros naquele país, mas devo dizer que a Europa não fica prejudicada, porque também tem muitas multinacionais que vendem para o exterior e dispõe de filiais espalhadas pelo mundo. No fundo, estamos perante um desafio global para os dois continentes.

TOC – Qual é o principal desafio com que se confronta a Contabilidade nos próximos anos?

G.G. – Os dois maiores desafios da Contabilidade são o processo de Bolonha e a normalização. Curiosamente, estes dois desafios não devem ser vistos de forma separada, mas numa lógica integrada. Eles estão interligados. Para se ter bons cur-

sos de Contabilidade é preciso a uniformização de regras contabilísticas.

TOC – O processo de Bolonha é uma oportunidade ou uma ameaça?

G.G. – Sem dúvida que existem problemas na sua implementação, mas é seguramente uma oportunidade. Haverá um antes e um depois de Bolonha, sem fronteiras e onde a componente de comunicação será fundamental. Teremos de comunicar todos uns com os outros e Bolonha vai propiciar o entendimento entre empresas e pessoas, oriundas de países com diferentes culturas, num contexto de um mundo sem barreiras.

Lógica de integração e de não exclusão

TOC – Pensa que Bolonha pode pôr a nu as carências do sistema de ensino português em relação aos seus congéneres europeus?

G.G. – Pelo contrário. Creio que Bolonha vai permitir ajudar todos os países, mesmo os que aparentemente revelem mais fragilidades, através do incremento da comunicação e do intercâmbio de conhecimentos. Estou certo que as eventuais fraquezas do sistema de ensino português serão supridas pelo projecto comum de Bolonha e que a comparabilidade e o estudo de assuntos comuns vai permitir diminuir as assimetrias existentes.

TOC – Que outras mais-valias pode esse processo trazer para a União Europeia e os seus cidadãos?

G.G. – A longo prazo a implementação de Bolonha vai permitir o aumento da empregabilidade na União Europeia, numa altura em que o «Velho Continente» atravessa um momento crítico em termos de taxa de desemprego. Os reflexos serão sensíveis no mercado laboral. Os estudantes portugueses com habilitações idênticas aos seus congéneres terão mais facilidade de circulação no espaço europeu, podendo exercer uma profissão em Itália ou noutro país. É uma forma de potenciar as oportunidades para todos.

TOC – Para quando são expectáveis os primeiros frutos de Bolonha?

G.G. – As expectativas em termos da sua aplicação apontam para 2010.

TOC – Pensa que é um prazo demasiado optimista?

G.G. – Razoavelmente optimista. Mas o mais importante não é que os resultados sejam logo atingidos em 2010 ou dois ou três anos depois, o essencial é que a tendência para o objectivo da integração subjacente ao processo de Bolonha seja

mantida, sem recuos. Passo a passo.

TOC – Potenciando as oportunidades também se poderá fazer o mesmo com a qualidade dos recursos humanos?

G.G. – Sem dúvida que é possível atingir qualidade, no ensino, nos cursos e nos *curricula*, porque trata-se de uma questão de competitividade entre diferentes países. Bolonha visa atingir a excelência e promover a inclusão e a integração, não a exclusão, preservando as diferenças e as especificidades de cada país.

TOC – Que acréscimos qualitativos podem advir para Portugal?

G.G. – O vosso país tem tido problemas na área da administração e do *management*. Portugal é reconhecido internacionalmente pelo seu potencial e por ter possuído um imenso império e é estranho que se debata com tantas problemas, nomeadamente em termos de emprego. Mas estou optimista em relação à vossa recuperação. Em 2007, será realizado em Lisboa o congresso da Associação Europeia de Contabilidade e fui informado que está constituída uma comissão organizadora destinada a promover o que de melhor existe na área da Contabilidade no vosso país.★

A longo prazo a implementação de Bolonha vai permitir o aumento da empregabilidade na União Europeia

07 Novas instalações são marco histórico

Inauguração a 16 de Maio

As novas instalações da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas serão inauguradas no dia 16 de Maio, pelas 11 horas. Neste momento histórico da Instituição vai estar presente o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos. A inauguração das novas instalações da Câmara constitui um marco histórico da profissão e um fenó-

meno a que o mundo do associativismo público não estava habituado.

Uma vez que o início de funções da Instituição arrancou em cerca de 40 metros quadrados, com uma mesa e cinco cadeiras no 4.º andar do n.º 69 da Rua Nova do Almada, numa instalação gentilmente cedidas pela Direcção-Geral das Contribuições e

Impostos, não se pode deixar de sentir um imenso orgulho e uma enorme satisfação por ver que, dez anos depois da sua criação, a CTOC necessita hoje de cerca de 4 700 metros quadrados para o seu funcionamento.

A Direcção, em seu nome e em representação dos restantes Órgãos Sociais, convida todos os profissio-



nais a associarem-se a este importante momento da profissão. É a forma de, sem qualquer excepção, todos poderem saborear a alegria e o orgulho de fazer parte da grande família que são os Técnicos Oficiais de Contas. ★

Curso intensivo de «Princípios de actuariado para não actuários»

08

No ISEG, de 23 Maio a 20 Junho

O Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em parceria com o Instituto dos Actuários Portugueses, organiza entre 23 de Maio e 20 de Junho, um curso intensivo de especialização denominado «Princípios de actuariado para não actuários». «Acrescente valor à sua carreira. Intensivamente», é o lema desta formação que terá lugar

entre as 18h00 e as 21h30 ou 22h30, com um custo total de 900 euros (5 módulos) e 250 euros por cada módulo. Seguros, pensões, actuariado e análise de risco, serão as traves mestras do curso de formação de executivos que será ministrado num total de 24 horas. Segundo os promotores desta iniciativa, o curso destina-se a todos os

profissionais que têm interesse directo ou indirecto na área seguradora e actuarial e que utilizam a informação produzida pelas empresas de seguros e fundos de pensões, sem formação de base em seguros e actuariado, nomeadamente: revisores oficiais de contas, auditores, consultores financeiros, executivos e administradores de em-

presas financeiras, seguradoras, etc.

As inscrições e outras informações adicionais devem ser feitas para a secretaria «formação de executivos» do Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais (IDEFE) do ISEG, através dos números 21 395 82 74 e 21 392 58 88/9 ou pelo e-mail: idefe@iseg.utl.pt. ★